

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Trabalhos publicados</i>	5
<i>Breve currículo do autor</i>	13
<i>Nota à 10ª edição</i>	17
<i>Siglas e abreviaturas</i>	21

CAPÍTULO 1

ORIGENS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Perfil constitucional	37
2. Raízes remotas	39
4. Origens lusitanas.....	40
3. Origens francesas	42
5. Conclusão sobre as origens da instituição.....	44
6. Origem da expressão “Ministério Público”	46

CAPÍTULO 2

O MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL

1. Do Brasil-Colônia aos nossos dias	49
2. O Ministério Público nas Constituições anteriores.....	53
3. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.....	56
4. A Lei Orgânica do Ministério Público da União	58
5. O Ministério Público paulista.....	58

CAPÍTULO 3

VISÃO CRÍTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1.	A formação profissional do promotor de Justiça	63
2.	O recrutamento do promotor de Justiça	65
3.	Campo de atuação do Ministério Público	69
4.	As primeiras dificuldades do promotor de Justiça	71
5.	Destinação institucional	78
6.	A presença social do Ministério Público	79
7.	O Ministério Público e a ética	85
	a) Os deveres, as proibições e os impedimentos	87
	b) Os preceitos éticos	90

CAPÍTULO 4

TRABALHOS PREPARATÓRIOS

PARA A CONSTITUIÇÃO DE 1988

1.	Origens próximas do texto constitucional de 1988	93
2.	Antecedentes da <i>Carta de Curitiba</i>	94
	a) O VI Congresso Nacional do Ministério Público	95
	b) A pesquisa da Conamp	95
	c) O Anteprojeto da Comissão de Estudos Constitucionais	96
3.	A <i>Carta de Curitiba</i>	97

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DO TEXTO CONSTITUCIONAL

1.	Visão geral	110
2.	Posicionamento constitucional	114
3.	Dispositivos comuns	118
4.	Conceito	118
	a) Instituição permanente de caráter nacional	119
	b) Zelo das principais formas de interesse público	121
	c) O Ministério Público e a função jurisdicional	123
	d) A defesa da ordem jurídica	124
	e) Ministério Público e democracia	125
	f) Defesa dos interesses sociais e indisponíveis	130
5.	Princípios institucionais: unidade, indivisibilidade e independência	131
	a) Generalidades	131

b) Os limites da independência funcional	138
c) A atuação uniforme da instituição	145
6. O princípio do promotor natural e as designações do procurador-geral	153
a) O promotor natural	153
b) O poder de designar	161
c) A recusa do designado	166
d) Controvérsias sobre diligências no inquérito policial	168
7. Hierarquia e independência	177
8. Unidade e indivisibilidade do Ministério Público diante da incompetência do juízo	178
9. Autonomia institucional	180
a) A autonomia funcional da instituição	184
b) Autonomia administrativa e financeira	185
c) A executoriedade dos atos	192
d) Iniciativa do processo legislativo	194
10. Os vários Ministérios Públicos e os conflitos entre eles	198
a) Ministério Público da União e Ministérios Públicos dos Estados	200
b) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	201
c) Ministério Público Federal, do Trabalho e Militar	204
11. O Ministério Público de Contas	205
12. O procurador-geral da República	213
a) Quem pode ser procurador-geral da República	217
b) Destituição do procurador-geral da República	221
c) Substituição do procurador-geral da República	222
13. Os demais procuradores-gerais	223
a) A investidura	223
b) A vacância do cargo	229
c) A destituição	232
d) Substituição	236
e) Apreciação conclusiva	238
14. Litisconsórcio de Ministérios Públicos	238
15. Organização, atribuições e estatuto	243
16. Garantias e prerrogativas	247
a) Independência funcional, inamovibilidade e promotor natural	252
b) Vitaliciedade e perda do cargo	260
c) Irredutibilidade de subsídios	275
d) A questão do teto remuneratório	278
e) Foro por prerrogativa de função	280
f) Remoção e promoção	293
g) Aposentadoria	299
h) Direitos previdenciários	301
i) Responsabilidade	301

17. Vedações	301
a) Generalidades.....	301
b) Recebimento de honorários ou custas	304
c) Exercício da advocacia.....	305
d) Participação em sociedade comercial	306
e) Outra função pública.....	308
f) Atividade político-partidária	317
g) Recebimento de auxílios ou contribuições	323
h) Exercício posterior da advocacia	324
i) A liberdade de manifestação.....	325
j) Limites à medida provisória	326
k) Impedimento e suspeição	333
l) Sanções aos membros do Ministério Público	333
18. Crítica ao sistema de garantias e vedações.....	334
a) Escolha do procurador-geral	334
b) Inamovibilidade.....	337
c) Irredutibilidade de subsídios.....	337
d) Vedações.....	340
e) A redução de garantias pelo poder constituinte derivado ...	341
19. A opção pelo regime anterior	348
20. Isonomia de subsídios	353
a) Generalidades.....	353
b) Cargos.....	359
c) Agentes	359
d) Funções	360
e) Atributos gerais.....	361
21. Funções típicas	363
22. Funções atípicas.....	364
23. Objetivo comum nas funções típicas e atípicas	368
a) Generalidades.....	368
b) O Ministério Público é parte imparcial?	372
24. Funções privativas e concorrentes e instrumentos de atuação funcional.....	378
a) Ação penal pública	379
b) O defensor do povo.....	394
c) A promoção da ação civil pública e do inquérito civil.....	398
d) Ação de inconstitucionalidade e representação interventiva	408
e) Defesa dos interesses das populações indígenas	414
f) Notificações e requisições	416
g) Acesso a informações sigilosas	422
h) Controle externo da atividade policial	426
i) Norma de encerramento	432
j) Legitimação concorrente	433
k) Distribuição de processos	433

25. Vedação de promotor <i>ad hoc</i>	434
26. Residência na comarca	435
27. Concurso de ingresso	436
28. A representação da Fazenda	438
29. Dispositivos extravagantes	439
30. O chamado <i>quinto constitucional</i>	441
31. O Conselho Nacional do Ministério Público.....	443
32. As Ouvidorias do Ministério Público.....	449
33. A legislação sobre o Ministério Público	451
34. Conclusão	452

CAPÍTULO 6

A LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A Constituição e a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público	454
a) Antecedentes legislativos.....	454
b) A natureza jurídica da LONMP.....	455
c) Consequências da Lei n. 8.625/93	465
2. Conceituação de Ministério Público	467
3. Disposições gerais da Lei n. 8.625/93	468
4. Órgãos do Ministério Público	469
5. Órgãos de administração	474
a) A Procuradoria-Geral de Justiça.....	474
b) O Colégio de Procuradores de Justiça.....	483
c) O Conselho Superior do Ministério Público	485
d) A Corregedoria-Geral do Ministério Público	487
e) As Procuradorias e as Promotorias de Justiça.....	489
6. Órgãos de execução	494
a) Atribuições comuns	495
b) O procurador-geral de Justiça	495
c) O Colégio de Procuradores de Justiça.....	499
d) O Conselho Superior do Ministério Público	500
e) Os procuradores de Justiça	501
f) Os promotores de Justiça	508
g) Os atos executórios	512
7. Órgãos auxiliares	512
a) Os centros de apoio operacional	513
b) A comissão de concurso de ingresso.....	514
c) O centro de estudos e aperfeiçoamento funcional	515

8.	Atividades auxiliares.....	516
a)	As atividades de apoio administrativo	516
b)	Os estagiários	516
c)	A comissão processante permanente	519
9.	Pluralidade de membros no mesmo feito.....	519
a)	A posição clássica.....	519
b)	Insuficiência da solução clássica.....	520
c)	As atribuições previstas na legislação estadual.....	521
d)	Um único membro no processo ou procedimento.....	523
e)	A curadoria especial do réu ausente	525
f)	Critérios para a solução dos conflitos	525
10.	Foro por prerrogativa de função.....	525
11.	Demais garantias e prerrogativas	530
12.	Deveres	537
13.	Faltas e penalidades.....	539
a)	Infrações disciplinares.....	539
b)	Sanções disciplinares.....	541
c)	As penas em espécie	542
d)	A remoção compulsória.....	544
e)	Critérios para aplicar a pena	545
f)	A prescrição das infrações disciplinares	545
g)	A disponibilidade.....	548
h)	O procedimento disciplinar de ofício	550
14.	Responsabilidade penal, civil, administrativa e política.....	551
15.	Processo administrativo	551
16.	Subsídios, vantagens e direitos	555
17.	Contagem de tempo de serviço	556
18.	O direito a férias	557
19.	Os atos praticados nas férias.....	558
20.	Afastamentos do cargo.....	561
21.	A carreira.....	565
22.	Defesa da União e consultoria das entidades públicas	580
23.	Justiça Eleitoral	581
24.	Justiça Militar Estadual.....	586
25.	O Ministério Público de Contas na LONMP	587
26.	Proibição de promotor <i>ad hoc</i>	588
27.	Promoção direta de diligências.....	592
28.	Conflitos de atribuições	593
29.	Dia do Ministério Público	599
30.	Os vetos.....	600
31.	Impedimento e suspeição.....	601

CAPÍTULO 7

A LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

1.	O Ministério Público da União	609
2.	As atribuições do Ministério Público na LC n. 75/93	612
3.	Órgãos do Ministério Público da União	624
4.	Órgãos do Ministério Público Federal	624
	a) A chefia do Ministério Público Federal	625
	b) O Colégio de Procuradores da República	625
	c) O Conselho Superior do Ministério Público Federal	625
	d) As Câmaras de Coordenação e Revisão	626
	e) A Corregedoria do Ministério Público Federal	626
	f) Os subprocuradores-gerais da República	627
	g) Os procuradores regionais da República	627
	h) Os procuradores da República	627
	i) As funções eleitorais do Ministério Público Federal	628
5.	Os outros ramos do Ministério Público da União	628
	a) A organização do Ministério Público do Trabalho	629
	b) A organização do Ministério Público Militar	630
	c) A organização do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	632

CAPÍTULO 8

A LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PAULISTA

1.	Antecedentes legislativos	635
2.	A Lei Orgânica Estadual do Ministério Público	641
3.	Os poderes do procurador-geral	645
4.	Organização e estatuto do Ministério Público	649
5.	A carreira do Ministério Público paulista	650
6.	Deveres e vedações	651
7.	Infrações disciplinares	652
8.	Direitos	652
9.	Garantias e prerrogativas	653
10.	Regime disciplinar	653
11.	Penalidades administrativas	654
12.	Processo disciplinar	656
13.	Disposições finais e transitórias	656

CAPÍTULO 9

ATUAÇÃO PROCESSUAL PENAL

1.	O processo penal em geral	659
2.	O inquérito policial.....	660
a)	O controle externo da atividade policial	660
b)	O promotor que investiga os fatos	660
c)	O arquivamento do inquérito policial nos tribunais	661
d)	A constitucionalidade do arquivamento de inquéritos	662
3.	O Ministério Público é parte no processo penal.....	663
4.	<i>A parte imparcial</i>	664
5.	Atribuições do promotor de Justiça criminal	664
6.	Recomendações diversas	665
7.	O princípio da titularidade da ação penal	667
8.	A ação penal subsidiária.....	667
9.	O processo acusatório	667
10.	O princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.....	668
11.	Ação penal dependente de representação.....	670
12.	A ação penal pública incondicionada	670
13.	O arquivamento de inquérito em caso de legítima defesa.....	671
14.	Promotorias especializadas	672
15.	Algumas cautelas nos juizados especiais criminais	673

CAPÍTULO 10

ATUAÇÃO PROCESSUAL CIVIL

1.	O processo civil em geral.....	675
2.	A obrigatoriedade da ação civil pública	678
3.	A não propositura da ação civil pública	678
4.	O Ministério Público parte e fiscal da lei	679
5.	A obrigatoriedade de assumir a ação	679
6.	A desistência pelo Ministério Público	679
7.	Desistência e renúncia do recurso.....	680
8.	A transação.....	680
9.	A obrigatoriedade da execução.....	681
10.	Atuação interventiva.....	681
11.	Vinculação ou desvinculação ao interesse	682

12. Limites da atuação vinculada	683
13. Natureza jurídica da intervenção pela qualidade da parte	684
14. Hipóteses de intervenção protetiva	684
15. Jurisdição voluntária	685
16. Promotoria de Justiça cível	685
17. Promotoria de Justiça de falências	686
18. Promotoria de Justiça de acidentes do trabalho	687
19. Promotoria de Justiça de família	687
20. Promotoria de Justiça da infância e da juventude	688
21. Promotoria de Justiça de registros públicos	688
22. Promotoria de Justiça do meio ambiente	689
23. Promotoria de Justiça do consumidor	689
24. Promotoria de Justiça de mandados de segurança	690
25. Promotoria de Justiça do patrimônio público e social	691
26. Promotoria de Justiça de habitação e urbanismo	691
27. Promotoria de Justiça de direitos humanos.....	692
28. Promotoria de Justiça de repressão à sonegação fiscal.....	692
29. Promotoria de Justiça de combate à violência doméstica.....	692
30. Promotoria de Justiça de saúde pública	693

CAPÍTULO 11

RESPONSABILIDADE DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A responsabilidade dos agentes públicos	695
2. A responsabilidade do membro do Ministério Público.....	699
3. A atividade opinativa.....	704
4. A questão da responsabilidade por culpa	705
5. A ação de responsabilidade civil	707
6. A denúncia da lide.....	709
7. A responsabilização de membro do Ministério Público por medida provisória	709
8. Responsabilidade política	713
9. Litigância de má-fé	715
10. Considerações conclusivas.....	718

CAPÍTULO 12
OS DESAFIOS ATUAIS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Visão geral..... 719

2. *Accountability* 722

3. Conclusão 726

Bibliografia específica 727

Índice alfabético-remissivo 741